

REINVENÇÕES DE EMANCIPAÇÃO FEMININA NA REVISTA TEMPO

Jacimara Souza Santana
Universidade Estadual de Campinas-São Paulo/Brasil

Resumo

Na revista *Tempo*⁴⁶, após a independência, a publicação regular de assuntos de interesse das mulheres e de atividades desenvolvidas pelo governo e Organização da Mulher Moçambicana (OMM) ganhou destaque. Seu apoio à emancipação feminina foi resultado do 1º Seminário Nacional da Informação, durante o qual a *Tempo* foi indicada como a principal responsável por esta tarefa. Em suas páginas, emerge um modelo idealizado e otimista da mulher revolucionária – algo próprio do discurso da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) –, mas também, registros de situações da vida cotidiana das mulheres cujos possibilitam identificar outras vozes sobre as moçambicanas. Neste artigo, proponho-me a discutir como a ideia de emancipação feminina foi apresentada pela revista *Tempo*, sobretudo, com atenção às formas de relacionamento das mulheres para com o discurso de emancipação do governo, na busca de identificar como elas se apropriaram dessa voz, suas manifestações de adesão, indiferença e resistência.

Palavras-chaves: Mulheres. Emancipação.

Introdução

Após dez anos de guerra (1964-1974), Moçambique pôde comemorar sua independência do regime colonial (1975) e experimentar um redemoinho de mudanças. Chegava o tempo de a Frente de Libertação de Moçambique

⁴⁶ A revista *Tempo* foi criada em 1970 por intelectuais ligados à esquerda política de Portugal. Surgiu como uma alternativa à imprensa que existia, até aquele momento, marcada pela dura censura estabelecida pelo governo colonial fascista.

(FRELIMO)⁴⁷, responsável pela liderança do movimento nacionalista, assumir a direção do país em regime de partido único e defender, como proposta de governo, a construção de uma nova sociedade, do tipo socialista. Isto incluía a implementação de medidas políticas que visassem à superação das diversas formas de opressão e de desigualdades então dominantes na sociedade, assim como a mudança de comportamentos e a adoção de novos valores.

Entre as políticas sociais do governo pós-independência, a emancipação das mulheres se destacou como uma das prioridades. A FRELIMO entendia que a emancipação feminina não era algo a ser resolvido com as mulheres ou os homens apenas, mas, sobretudo, com o sistema econômico. Apesar de reconhecer que existia uma dominação masculina e que os homens deveriam modificar suas mentalidades em relação às mulheres, bem como estas com respeito a elas próprias, considerou-se a emancipação como um processo indissociável da revolução socialista. Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique independente, em seu discurso na 1ª Conferência da OMM (1973), afirmou o estabelecimento do socialismo como algo determinante para a conquista da emancipação feminina.

A emancipação da mulher, como parte do processo da luta pela independência, resultou principalmente da significativa atuação que as mulheres foram demonstrando durante o período da luta armada, não se tratando simplesmente de uma política de concessão. A experiência delas como guerrilheiras deu lugar a conflitos e divergências no movimento nacionalista, como também, a emergência de novas concepções sobre imagem e lugar na sociedade delas – na medida em que possibilitou a construção de um discurso⁴⁸ sobre elas pela FRELIMO⁴⁹.

Na revista *Tempo*, a imagem da mulher revolucionária foi marcada por ampla

⁴⁷ A FRELIMO após 1977 passou a condição de Frente para Partido, contudo, a sua sigla permaneceu em uso sem alteração e até aos dias atuais.

⁴⁸ MAPUTO. Departamento de Trabalho Ideológico Frelimo. **História da Frelimo**. Maputo: DTIF, [197-?], p 13-22 (Coleção conhecer 4); MACHEL, Samora. **Estabelecer o poder popular par servir as massas**. Rio: Codecri, 1979.

⁴⁹ SHELDON, E. Kathleen. Women and Revolution in Mozambique. In: TÉTREAULT, Mary Ann. **Women and Revolution in Africa, Asia and the New World**. Columbia: University of South Carolina Press, 1994, p. 33-61.

visibilidade pública e por atuação em novos papéis sociais. Elas tornaram-se militantes, filiadas ao Partido e à OMM. Deveriam pronunciar-se em público, inserir-se no mercado de trabalho assalariado, adquirir formação técnica, alfabetizar-se, fazer parte do exército ou da polícia. No entanto, conciliar participação política e abnegação da vida pessoal, muitas vezes, mostrou-se como uma tarefa difícil, sobretudo para mulheres que atuavam como líderes. As mulheres acumulavam muitas funções políticas, sendo comum as secretárias da OMM atuarem como membros do partido, podendo ser escolhidas para deputadas, juízas ou representantes em encontros internacionais, o que ocasionava uma constante rotatividade das lideranças nesta organização em razão do cansaço, além das reclamações de seus maridos⁵⁰.

O Conceito de Emancipação Frelimista em discussão

Em 1975, quando Moçambique se tornou independente, também foi instituído pela Organização das Nações Unidas o ano Internacional das Mulheres. Nesta ocasião, foi lançada, em nível mundial, a Década da Mulher, sob o lema de Igualdade, Desenvolvimento e Paz, cujo objetivo era incentivar os governos dos diversos países do mundo a discutirem a condição social das mulheres e desencadear ações que lhes garantissem melhores condições de vida e oportunidades na sociedade. Após cinco anos do lançamento dessa proposta, foi realizada em Copenhague (Dinamarca) uma Conferência Mundial das Mulheres a fim de avaliar o desenvolvimento da campanha e programar novas ações.

A revista *Cadernos Terceiro Mundo*⁵¹, em seu artigo sobre a Década da

⁵⁰ ISAACMAM, Bárbara; STEFHAN, June. **A mulher moçambicana no processo de libertação**. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984.

⁵¹ A revista *Cadernos Terceiro Mundo* foi um periódico internacional, criado na Argentina em 1974. Seu principal fundador foi o jornalista brasileiro Neiva Moreira, exilado no Uruguai e Argentina no contexto da ditadura militar. O objetivo desta revista foi bastante influenciado pelas decisões da *Conferência dos Países Não Alinhados* em Argel, na qual, foi estabelecido, o não aceite de uma mídia internacional que fornecesse informações sobre os países em desenvolvimento através de agências de notícias europeias e norte-americanas, sendo necessária a criação de meios informativos que veiculassem uma voz própria.

Mulher, teceu críticas ao conceito de emancipação defendido pela representação de Moçambique e de outros países socialistas na Conferência de Copenhague. A grande parte das mulheres, quer sejam da África, quer sejam Ásia ou da América Latina, associava a conquista da emancipação feminina à mudança do sistema econômico e da sociedade em seus países. Tratava-se de uma concepção característica dos movimentos de mulheres nos países em vias de desenvolvimento, cuja interpretação da discriminação da mulher na sociedade era diferente daquela concebida pelo movimento feminista fundado por mulheres de países desenvolvidos. Enquanto essas últimas reivindicavam igualdade de condições, partindo da ideia de superioridade e dos privilégios concedidos aos homens na sociedade, as primeiras entendiam que “a mudança de comportamento em relação à mulher era um processo cultural que devia ser incentivado a partir da luta por uma sociedade mais justa e igualitária” – e isto exigia, principalmente, a desestruturação do sistema econômico que era a causa geradora das desigualdades e opressões tanto para as mulheres, quanto para os homens, de modo que, a luta de classes ganhava preponderância. Foi em um contexto de crise social instalada em seus países que se deu origem a muitos desses movimentos de mulheres⁵².

Sobrepôr a conquista da libertação nacional à discriminação feminina não era um erro e sim uma questão de prioridade naquele momento. Entretanto, era preciso levar em conta que a dominação masculina não se tinha originado do capitalismo, mas reproduzida por suas estruturas. Dessa forma, não bastava substituir o capitalismo pelo socialismo para superar a subordinação da mulher na sociedade. Aliada à redistribuição da riqueza e socialização dos meios de produção, deveria haver uma mudança da consciência coletiva e uma distribuição equitativa de tarefas também no âmbito doméstico, assim como se deveria garantir às mulheres o acesso à educação e, ao emprego. Assim, a melhora da condição social feminina seria o termómetro mais adequado dos avanços concretos dos países que optaram pelo socialismo.

⁵² REUNIÃO de Nairóbi: a conferência de avaliação. *Cadernos do Terceiro Mundo*, ano VIII, n. 80 p. 30, 1985.

A discriminação da mulher era uma questão que deveria ser tratada de modo específico. Não bastava eliminar os obstáculos políticos e económicos, mas romper com mitos e preconceitos seculares em relação a ela.

A representação de Moçambique manifestou suas impressões do debate ocorrido na Conferência de Copenhaga por meio de uma entrevista na *Tempo*. Graça Machel, assim como, Salomé Moiane, alegou ter havido uma supervalorização do “problema da promoção da mulher”, cuja maior preocupação consistia em criar maiores possibilidades para que os grupos femininos pudessem estudar, trabalhar e participar das instituições, contudo, sem emancipá-las. Para ela, essas ações não resultariam em uma condição de igualdade na sociedade, porque isto somente seria possível com a transformação das estruturas capitalistas e feudais. Moçambique não estava preocupado em criar condições de igualdade entre homens e mulheres nas condições em que se encontravam, mas principalmente em investir na afirmação de uma via socialista da sociedade, sendo a igualdade de género uma consequência desse processo de transformação mútua⁵³.

Desde 1976, a ONU (Organização das Nações Unidas) havia criado um fundo para a Década da Mulher a fim de desenvolver projetos direcionados à população feminina. Mas, conforme comentário de um artigo dos cadernos *Terceiro Mundo*, ela própria havia avaliado que boa parte de seus projetos endereçados aos países em vias de desenvolvimento estava destinada aos homens, enquanto as atividades económicas que se pretendia apoiar estavam sob o controle das mulheres. E a situação não se modificou até à segunda metade dos anos 90, foi o que indicou Hipólito dos Santos, um consultor, perito e chefe de projetos de desenvolvimentos lançado pelas Nações Unidas na África e América Latina por mais de dez anos.

Hipólito dos Santos chamou atenção para um aspecto político dominante nos projetos de desenvolvimento da ONU. Em sua última experiência em um projeto piloto em Água Izé (S. Tomé e Príncipe), durante os anos de 1996-1999, notou que às mulheres era reservado um papel de beneficiárias e não de agentes

⁵³ ALBUQUERQUE, Fátima. Libertação da mulher em duas linhas de forças. *Tempo*, n.521, p.21-24, 5 out.1980.

de mudanças. Esses projetos ofereciam-lhes o acesso a cursos de corte e costura, reabilitação das fontes de água e melhorias, em geral, para a comunidade. Contudo, Hipólito dos Santos notou entre as mulheres uma grande disposição para resolver os problemas coletivos e cotidianos que os projetos apresentavam, como falta de água, roupa, cuidado aos doentes ao contrário dos homens, que tinham a tendência a pararem o trabalho diante de qualquer dificuldade e somente reclamarem da falta de atendimento às suas reivindicações. Na interpretação do consultor, esses projetos deveriam mudar de método reintegrando as mulheres na condição de gestoras, em vez de beneficiárias, pois isto proporcionaria uma nova visão de desenvolvimento⁵⁴.

Conforme Amélia Bazima, as políticas de desenvolvimento precisariam incluir a perspectiva de género, além de outras categorias determinantes na geração de desigualdades. As mulheres não somente podem ser ouvidas através de suas organizações sociais, mas se empenharem na conquista e ampliação de sua representação nos poderes executivo, legislativo e judiciário para que suas reais necessidades sejam contempladas nas políticas do Estado, de modo que venha resultar na valorização de seus papéis sociais e melhora significativa de suas condições de vida na sociedade. O combate às desigualdades de género deve ser uma das metas das políticas públicas⁵⁵.

A FRELIMO guardou reservas em relação a algumas discussões do movimento feminista internacional por interpretá-las como um desvio à proposta revolucionária. Em seu discurso, Machel foi incisivo quanto ao real entendimento sobre a emancipação, afirmando não se tratar de a mulher ter um comportamento social equivalente ao do homem ou assumir uma independência descomprometida dos problemas da sociedade. Certos comportamentos, interpretados como próprios da emancipação feminina no contexto internacional, foram percebidos

⁵⁴ SANTOS, Hipólito dos. **O desenvolvimento e a mulher**: um outro mundo é possível. Lisboa: SEIES, 2003.

⁵⁵ BAZIMA, Amélia. Mulher e desenvolvimento: a mulher na realização do direito ao desenvolvimento. In: AFONSO, Ana Elisa de Santana (org). **Eu mulher em Moçambique**. República de Moçambique: UNESCO; AEMO, 1994, p. 19-37.

pela FRELIMO como atos de “liberalismo”, um abuso da liberdade pessoal. Na 2ª Conferência da OMM (1976), este comportamento foi visto como um fenómeno mais frequente entre as mulheres das zonas urbanas⁵⁶.

Nas cartas enviadas à *Tempo*, os leitores se demonstraram vigilantes quanto ao comportamento social e moral das mulheres na sociedade. Para Simões Jeque Guidion, da Província de Nampula, o verdadeiro sentido da emancipação não consistia no descuido dos seus deveres caseiros ou no desleixo ante ao vestir-se, mas em assumir sua responsabilidade de cidadã, mãe, esposa e filha. Já o Américo R. Maurício Peixe, de Maputo, criticou o consumo de bebidas por mulheres, pedindo que isto tivesse um fim, especialmente para aquelas em estado gestacional⁵⁷.

Conforme Arlindo Mulhangue, as mulheres não eram iguais aos homens por não apresentarem a mesma força física. Em resposta à sua carta, Francisco Sumburane, da Província de Nampula, comentou que a discussão de igualdade proposta pela OMM não se fazia nessa base. Mas para Gaspar Tomás, da Província de Maputo, a emancipação significava independência económica. Em carta, sugeriu que os bailes fossem suspensos porque a entrada para as mulheres ainda era franca – o que era uma contradição com o seu estatuto de emancipada – e terminou perguntando: “se acaso as mulheres eram inferiores aos homens”. E não faltaram cartas criticando o modo das mulheres se vestirem e a forma de usarem os cabelos por considerarem tais práticas um comportamento burguês, um comportamento próprio das mulheres em meio urbano. Contudo, o costume de usar um lenço na cabeça, algo muito característico das mulheres das zonas rurais, também não deixou de ser rejeitado nos espaços urbanos, sendo isto um empecilho para o acesso a alguns estabelecimentos⁵⁸.

⁵⁶ MACHEL, Samora. et al. **A Libertação da mulher**. São Paulo: Parma, 1979, p. 13-44 (Coleção bases n. 15); CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2004.

⁵⁷ GUIDION, Simão Jeque -FPLM-Nampula. Bem Emancipada. **Tempo**, n. 437, p. 2, 8 fev. 1979. PEIXE, Américo R. Maurício. Mulheres Grávidas nos Bares. **Tempo**, n. 437, p 3, 8 fev. 1979.

⁵⁸ SUMBURANE, Francisco de. As mulheres são iguais aos homens. **Tempo**, n. 404, p. 6- 7, 2 jul. 1978.

Reinvenções da Emancipação Feminina em Notícias

O censo de 1980, publicado na *Tempo*, demonstrou grande desproporção no acesso ao ensino por sexo. Em uma mostra populacional de 9.682.267 pessoas, em que 4.713.245 eram homens e 4.969.022 mulheres, identificou-se um total de 7.261.417 analfabetos, sendo que 2.980.783 correspondiam ao total de homens e 4.280.634 ao de mulheres. O analfabetismo atingia a maioria da população, no entanto, sua incidência era maior sobre as mulheres. Este alto índice teria sido agravado em decorrência da sua presença marginal nas escolas e mercado de trabalho durante o período colonial⁵⁹.

O pouco conhecimento da língua portuguesa entre as mulheres dificultou o acesso às informações. Isto foi sentido de perto por algumas lideranças da OMM no decorrer dos trabalhos da 2ª Conferência (1977), na qual, grande parte das delegadas não conseguia acompanhar a leitura e discussão dos relatórios. Por isso, o governo, junto à OMM, procurou intensificar em todo o território uma campanha de alfabetização, em especial para as mulheres. Na *Tempo*, imagens de mulheres a estudar foi uma propaganda frequente.

O fato de muitas mulheres não saberem ler, escrever ou falar o português não significa pensar que elas estivessem excluídas de uma participação política e de ter alguma noção do que a FRELIMO entendia acerca da emancipação feminina. Helena Macucule, uma operária da fábrica de caju, deu a conhecer, através de uma entrevista à *Tempo*, uma das formas de se ter acesso à informação nessas condições.

Quando vemos por aí fotografias da luta, das mulheres que trazem filho nas costas, panelas nas cabeças, machados e armas em punho, para nós, que não estudamos dá-nos a conhecer que a mulher tem valor e luta como o homem porque é dessa maneira que ganhamos a nossa terra. Por isso decidi entregar-me e que mais outras se entreguem, para que nos encontremos unidos, homens e mulheres, sermos membros do Partido, determinados na edificação do nosso País⁶⁰.

⁵⁹ *Tempo*, n. 625, p.18-31, 3 out. 1982; n. especial, p. 28, 25 jun. 1975.

⁶⁰ *Tempo*, n. 423, p.28-33, 12 nov. 1978.

Assim como Helena Macucule, boa parte da população tinha acesso às informações veiculadas pela *Tempo* através de fotografias. Emídio Machiana comentou que o uso das reportagens fotográficas foi um aspecto generalizado, constituindo-se numa estratégia fundamental para tornar a revista útil às camadas analfabetas. O acesso à informação também era bastante incentivado pelo governo por outras formas: cinema móvel, programas de rádio e jornais do povo em forma de grandes painéis, que também podiam ser escritos na língua local.

Elas também se manifestavam através da oralidade. Desde os tempos da luta armada, elas eram visitantes regulares do Departamento de Assuntos Sociais da FRELIMO. Esta prática continuou após a independência. Eduardo Homem e Sônia Correia comentam que na Província de Tete era grande o número de mulheres que se dirigiam ao Partido FRELIMO para exigir um tratamento mais digno⁶¹.

A *Tempo* foi outro espaço para expressarem suas necessidades e reclamações. O interesse do público feminino pelos repórteres dessa revista chamou a atenção da própria redação, que, ao visitar o Mercado de Inhagóia, em Maputo, noticiou ter sido recebida por um aglomerado de mulheres que afluíram em direção a alguns dos seus funcionários para falar-lhes de suas situações. Tratavam-se das “vendedeiras de peixe”.

Elas podiam não saber ler nem escrever, mas estavam convencidas de que podiam e tinham o direito de expressarem suas reivindicações. As palavras dirigidas a estes repórteres por uma destas “vendedeiras”, já idosa, refletem esta certeza: “Os senhores são da revista *Tempo* não é? Quero falar e peço que publiquem a melhor das minhas expressões na revista”. Infelizmente a *Tempo* não publicou nesta reportagem o que aquela senhora desejava falar, mas como ela também era uma “vendedeira” de peixe, a queixa era uma só. Estas comerciantes passavam por uma situação problemática. Elas compravam o peixe no armazém, mas antes que

⁶¹ CORREIA, Sônia; HOMEM, Eduardo. *Moçambique primeiras machambas*. Rio de Janeiro: Margem, 1977.

o produto chegasse a suas bancas estragava-se. A causa deste prejuízo estava na complexa condição de transporte deste produto até a feira porque a empresa não fazia uma distribuição do produto nos locais de revenda⁶².

Delfina João Manhiça afirmou, em sua entrevista, que as “vendedeiras” chegavam cedo àquela empresa e enfrentavam filas para a compra do produto, mas também ficavam horas esperando o transporte até à Feira. Segundo ela, o problema já tinha sido comunicado à direção. Porém, nenhuma providência havia sido tomada, a não ser pelas próprias “vendedeiras”, que passaram a comprar o peixe em menor quantidade a fim de aliviar as perdas com o possível estrago. Juliana Sarmento, outra entrevistada, comentou que o lucro da empresa se fazia em detrimento das “vendedeiras retalhistas” e a situação ainda se tornava mais agravante pela propaganda de desqualificação do seu produto, passando elas a serem estigmatizadas como “vendedeiras” de produtos que faziam mal à saúde. Na opinião de Rosita Fifitine, os transportadores também as exploravam ao exigirem um preço muito elevado pelo serviço prestado⁶³.

Em defesa do seu *ganha-pão*, as “vendedeiras” de bebida artesanal também procuraram se manifestar contra medidas do governo. A FRELIMO, sob justificativa de controlar o consumo de bebidas no país, implementou uma campanha de combate ao alcoolismo. No entanto, essa medida ameaçava estagnar mais uma fonte de renda das mulheres, pois em geral, o fabrico artesanal e venda de bebidas era feito por elas. Em decorrência dessa campanha, esse tipo de comércio passou a ser perseguido pelos Grupos Dinamizadores (GDs) e OMM. Desde 1976 a FRELIMO havia designado à OMM a tarefa de desviar as negociantes desse tipo de comércio, organizando-as em cooperativas; e por outro lado, os GDs foram encarregados de promoverem a vigilância e o embargo desse comércio nos bairros. A *Tempo* também manifestou apoio a esse combate⁶⁴.

⁶² BAPTISTA, Estácio. Peixe nos bares. Atentado à Saúde Pública e Prejuízo para os Retalhistas. *Tempo*. n. 400, p. 34-35, 2 mar. 1980.

⁶³ BAPTISTA, Estácio. Peixe nos bares. Atentado à Saúde Pública e Prejuízo para os Retalhistas. *Tempo*. 400:36-39, 2 mar. 1980.

⁶⁴ *Tempo*, n. 348, p. 58, 5 jun. 1977; DOCUMENTO DA 2ª CONFERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA. Maputo, 10 a 17 de novembro de 1976.

Entretanto, a implementação dessa campanha foi acompanhada de constantes desentendimentos entre lideranças dos grupos de base do governo, população e comerciantes. As “vendedeiras” de Inhangóia, da Província de Maputo, sentindo-se prejudicadas, cercaram os repórteres da *Tempo* para questionarem sobre a medida do governo de suspensão do fabrico e vendas de bebidas e para argumentarem que elas realizavam a venda a fim de ajudarem os seus maridos que ganhavam pouco ou por causa da pobreza. No bairro de Chinhambane, na Província de Inhambane, os GDs acabaram sendo convencidos pelas mulheres e, por conta própria, decidiram encaminhar as negociantes desse bairro para comerciarem no mercado. Somente após muitos entraves foi que o 3º Congresso da FRELIMO decidiu que apenas as bebidas de alto teor alcoólico continuariam sendo embargadas e reconheceu que era urgente a necessidade de “disciplinar os militantes do Partido e os órgãos Estatais”, envolvidos nestas campanhas⁶⁵.

A tentativa de controle desse tipo de comércio não tinha sido uma realidade enfrentada por essas “vendedeiras” somente no período após a independência. Durante a colonização, a administração também perseguiu o negócio visando a garantir a exclusividade de comércio na venda de vinho para o público trabalhador africano. Contudo, o negócio artesanal de bebidas sobreviveu às pressões do governo colonial e da FRELIMO por iniciativa de suas protagonistas, que souberam utilizar de estratégias capazes de flexibilizar o discurso hegemônico.

Uma realidade constatável não somente em Moçambique, mas em boa parte do continente africano, é a predominância das mulheres nos setores da agricultura e do comércio informal. Segundo Luis Mora e Verônica Pereyra, a presença das mulheres na atividade mercantil é algo secular e cultural, próprio da divisão sexual do trabalho, segundo o costume, e ainda de grande expressão em tempos atuais. Conforme a atividade exercida e o seu estatuto social, essas comerciantes chegam a receber nomes específicos, podendo, dessa forma, serem chamadas em Benim e Togo de “mama Benz”; em Gana, de “makola”; em Dar-Es-Salam, de vendedoras de comida; em Cabo Verde, de “rabidantes”; e em Moçambique, de

⁶⁵ *Tempo*, n. 348, p. 58-63, 5 jun. 1977; n. 323, p. 34, 12 dez. 1976.

“magoevas”, “muqueriças”, “mamas” ou “vendedeiras”, termo bastante utilizado na *Tempo*.

Mora e Pereyra, ao discorrerem sobre as dificuldades que aquelas enfrentam para manter seu negócio, destacaram como mais grave o acesso ao crédito. A liberação de empréstimos pelos bancos exigia, em muitos casos, o consentimento dos maridos ou parentes masculinos. Foi em decorrência de dificuldades como essas que as comerciantes tiveram a iniciativas de criar o sistema de crédito alternativo e associações⁶⁶.

Esse tipo de trabalho tem garantido a sobrevivência de famílias, sobretudo daquelas que são chefiadas por mulheres. Ana Loforte, ao analisar a experiência das moradoras do bairro de Laulane, periferia de Maputo, observou que o setor do comércio permitia às mulheres ter acesso e controle direto a rendimentos que constituíam, na maioria dos casos, a única fonte do sustento de suas famílias, além de contribuírem para a mudança de relações de poder nas unidades domésticas e na comunidade onde atuavam. Marzia Grassi observou semelhante situação entre as trabalhadoras do comércio em Cabo Verde, onde elas chefiam as famílias e, sobretudo, preocupam-se em investir na formação de seus filhos, propiciando, portanto, certa mobilidade social no núcleo familiar⁶⁷.

O desabafo de funcionárias de uma indústria produtora de castanhas em prol de condições mais dignas de trabalho também teve lugar nas páginas da revista *Tempo*. Ao rememorar as duras condições de trabalho no tempo colonial, Ester Manjate, uma das operárias do descasque que passou a ser representante da OMM nesta empresa, confessou que era comum às mulheres passar fome durante as nove horas de trabalho. O consumo da castanha era proibido e em caso de desobediência muitas delas eram espancadas e ou presas. As mulheres recebiam um baixo salário e a realização de todo serviço era feita manualmente.

⁶⁶ MORA, Luis Maria; PEREYRA, Verónica. **Mujeres y solidaridad: estrategias de supervivencia en el África subsahariana**. Madrid: Instituto Universitario Desarrollo y Cooperación, 1999, p. 1-105.

⁶⁷ GRASSI, Marzia. De Cabo Verde para o mundo. Economia informal e gênero. **Travessias: Revista de ciências sociais e humanas em língua portuguesa**, Lisboa, v. 4 n. 5, p. 99-117, 2004; LOFORTE, Ana Maria. **Gênero e poder: entre os Tsongas de Moçambique**. Maputo: Promédia, 2000.

A constante exposição à poeira lhes causava doenças pulmonares e, além disso, ainda eram expostas a humilhações e chantagens sexuais por parte dos patrões que não hesitavam em espancá-las, mesmo tendo filhos às costas, estando grávidas ou sendo idosas⁶⁸.

Após a independência, alguns problemas ainda persistiam. No quadro administrativo da empresa, ainda constavam alguns funcionários do período colonial que insistiam em reproduzir os antigos esquemas de relações de trabalho, não obstante a maioria empregada fosse de mulheres, totalizando, em 1979, 1.709 trabalhadoras dos 2.160 funcionários. As trabalhadoras conviviam com a ameaça de desemprego em face de quaisquer manifestações de contrariedade. Reclamaram ainda as trabalhadoras de haver boicote na formação política e diferença salarial por sexo⁶⁹.

Mas para Ester Manjate, o discurso da emancipação feminina deveria soprar ventos a favor de mudanças. Em sua entrevista, disse que foi por iniciativa das trabalhadoras que se conseguiu mudar uma prática até então proibida: o preenchimento das latas de castanhas. Para ela, isto era uma forma de exploração porque o salário era pago mediante o número de latas que elas conseguiam encher. Essa experiência teve início quando uma das trabalhadoras tomou uma lata das mãos de Ester Manjate, vestiu calças e passou a encher as latas de castanhas. Em princípio a atitude serviu de motivo para brincadeiras, mas, aos poucos, passou a ser uma prática assumida pelas outras.

Ao tomarem conhecimento desta inovação, os “chefes” demonstraram-se contrariados e, em reunião, procuraram saber de quem havia partido a ideia. Manjate, convicta da lucidez de sua iniciativa, respondeu: “fui eu e segui as orientações que vêm nos documentos da FRELIMO que dizem que a mulher deve realizar trabalho feito pelo homem”. Em resposta, os chefes determinaram que a função de encher as latas, assim como a de descasque da castanha, voltasse a ser dos homens. O pronunciamento e a atitude desta trabalhadora dão a entender que ela tinha conhecimento da política da FRELIMO, porém, confessou:

⁶⁸ **Tempo**, n. 423, p.31 , 11 nov. 1978.

⁶⁹ **Tempo**, n. 423, p.28-33 , 12 nov. 1978.

ler e escrever não sei, gostaria de estudar agora, mas a minha vista não vê bem e isso aflige-me bastante [...] terei que freqüentar a escola porque estar a orientar as massas sem ter estudado torna-me difícil [...] porque há momentos que me sinto defrontar com situações que devo saber bem para dar vida às massas⁷⁰.

O resultado da “lavagem de roupa suja” foi a dissolução da comissão administrativa com algumas prisões e a elaboração de projetos que conferiram às mulheres melhores condições de trabalho: a aquisição de uma máquina de descasque, cursos de alfabetização para as empregadas; construção de uma creche e cantina, além da abertura de uma cooperativa de produtos alimentícios na empresa, visto que as operárias não tinham tempo de frequentar as filas nas demais associações de abastecimento. A experiência das operárias da Caju é um exemplo de como o discurso político da FRELIMO foi sendo utilizado pelas mulheres a fim de melhorarem suas condições. Como disse Cacilda Mbiza:

Trabalhar no Partido significa que nós também somos pessoas como outras, dignas. Porque antes quando cozinhase galinhas em casa, Oh! Tinha que ir cozinhar ao lado matapa, porque diziam que nós, mulheres, não éramos coisa alguma. Agora....Josina lutou por nós, mostrou dignidade e emancipação da mulher, e hoje sentimo-nos como pessoas dignas. Agora já posso comer perna de galinha e até moela, quando dantes nem pensar nisso ousava.... Agora até no andar sinto-me alguém. Quando me vêem dizem: Aquela pessoa... expliquei no bairro que no serviço me candidatei. Logo perceberam... Este trabalho realiza⁷¹.

A adesão ao discurso da FRELIMO permitiu a estas mulheres passarem da condição de marginalizadas e humilhadas à posição de sujeito. Suas intervenções possibilitaram mudanças, além de conceder um novo significado a sua presença na indústria, nos bairros e nas suas famílias.

Hermínia Manuense, em sua análise sobre as operárias da Caju, demonstrou outros impactos que o trabalho na cidade trouxe à vida cotidiana dessas mulheres. Além de conseguirem devolver o “lobolo” pago por seus maridos por ocasião do casamento, puderam enviar algum sustento às suas famílias nas zonas rurais

⁷⁰ *Tempo*, n. 423, p.31 , 12 nov. 1978.

⁷¹ *Tempo*, n. 423, p.31 , 12 nov. 1978.

e investir na formação de seus filhos, assim como tiveram a possibilidade de morar nas cidades como proprietárias de suas casas, com autonomia financeira e independência do poder marital – aspectos que, por sua vez, introduziram mudanças nas relações conjugais⁷².

Para a FRELIMO, a família era a “célula base da sociedade” e um lugar privilegiado para a formação das novas gerações de revolucionários. A partir deste reconhecimento e em defesa de um modelo de família monogâmico, o governo empenhou-se em incentivar casamentos e tentou evitar a dissolução daquela célula, defendendo a reconciliação acima de qualquer conflito. Nesse sentido, uma das medidas tomadas pelo governo foi a eleição do dia 25 de Dezembro como o dia da família. Com a escolha dessa data, a FRELIMO não pretendia fazer qualquer apologia ao calendário cristão, mas dar-lhe um significado político, visto que o costume religioso de celebrar o natal, uma herança colonial, continuou a ser respeitado pela população. Outra medida adotada pelo governo foi a construção de um Palácio dos Casamentos⁷³.

O governo incentivou a realização do casamento, mas essa instituição já era bastante valorizada na sociedade. Na *Tempo*, não foram raras as notícias de realização de matrimônios coletivos através do apoio da OMM, do Estado e de empresas. Realizar o casamento civil parece ter sido uma exigência, de modo particular, para os funcionários da estrutura do governo ou que exerciam um papel de liderança em organizações sociais e no partido. Um desses casos noticiado na revista foi o dos trabalhadores da tipografia e fotografia “Globo”, que, ao se destacarem nas campanhas de apoio ao 4º Congresso da FRELIMO (a partir do III Congresso, 1977, a FRELIMO passou de Frente a Partido e a designar-se Partido Frelimo), foram beneficiados pela célula do partido e da referida empresa com o financiamento da cerimônia e festa matrimonial no Palácio dos Casamentos. Na sessão de cartas da *Tempo*, os leitores demonstravam-se excessivamente

⁷² MANUENSE, Hermínia. Contribuição ao estudo da mulher operária no Maputo: o caso da Caju. In: **Eu mulher em Moçambique**. República de Moçambique, p. 40-59, 1994.

⁷³ MACHEL, Samora. Família, Base da Sociedade. **Tempo**, n. 609, p. 8-9, 1983; n. 741, p. 10-14, 23 dez. 1984; n. 785, p. 13, 15 abr. 1984; n. 736, p. 2-4, 11 nov. 1984; n. 554, p. 2 ago. 1981.

preocupados com a impossibilidade de casarem-se, mas o motivo determinante desse impedimento apontado foi o elevado custo do “lobolo”⁷⁴.

Apesar das facilidades e incentivo do governo para a realização de casamentos civis, o consuetudinário continuou sendo o mais requisitado pela população. Isto foi demonstrado através da predominância que as discussões sobre o lobolo ocuparam na revista e sua importância chegou a ser reconhecida pela OMM. Em sua 4ª Conferência, passou a admitir a legitimidade dessa forma de união conjugal. A anterior exigência do governo para o casamento civil fez parte das medidas de controle e combate a algumas práticas culturais consideradas desfavoráveis à emancipação feminina.

O casamento “lobolado” tinha uma importância fundamental na garantia da descendência familiar. Para Paulo Granjo, o “lobolo” legitima a pertença da filiação a linhagem paterna, confere estatuto social aos cônjuges e está intimamente relacionado às concepções das religiões *tradicionais*. Nas notícias da *Tempo*, até mesmo nos centros urbanos, este tipo de casamento era exigido sobretudo como uma condição para a procriação. O estado de “mães sem marido” era motivo de marginalização, desrespeito e perseguição na sociedade, sendo um problema social bastante discutido pela OMM⁷⁵.

A desigualdade de género no direito ao pedido de divórcio foi uma preocupação da OMM. O direito das mulheres solicitarem divórcio foi uma decisão de sua 2ª Conferência. Apesar das campanhas de apoio à família, desenvolvidas pelo novo governo, da importância cultural que tinha o casamento e da exigência de devolução do “lobolo”, em caso de separação, as mulheres frequentemente faziam uso desse direito. Na *Tempo*, indicou-se várias causas do divórcio: falta de preparo e diálogo dos cônjuges, alcoolismo, esterilidade, incompatibilidade sexual, adultério, entre outros. A OMM e a FRELIMO defendiam a integridade da família, sendo mais adeptas ao discurso de conciliação do que ao de rompimento das relações

⁷⁴ *Tempo*, n. 690, p. 21-23, 1 jan. 1984; n. 549, p. 15, 29 jul. 1979;

⁷⁵ GRANJO, Paulo. O lobolo do meu amigo Jaime: um velho idioma para novas vivências conjugais. In: *Travessias: Revista de ciências sociais e humanas em língua portuguesa*, Lisboa, v. 4 n. 5, p. 47-73, 2004.

conjugais. Provavelmente por tal motivo, estas organizações privilegiaram, em suas discussões, a situação dos filhos⁷⁶.

No entanto, a relação conjugal também podia ser uma fonte de opressão para as mulheres tanto das zonas urbanas quanto rurais. Em um dos artigos sobre a condição social das mulheres nas cidades e nas zonas rurais, a *Tempo* sugeriu que: o fato de a mulher não trabalhar fora de casa e depender unicamente do marido para o sustento da família a obrigava a sustentar uniões conjugais, mesmo sofrendo violências. Já nas zonas rurais, a garantia do sustento familiar era uma incumbência da mulher, porém seus maridos eram donos do seu trabalho e da sua produção, motivo pelo qual manifestavam uma oposição violenta contra a emancipação feminina.

A *Tempo* também fez registros de opressão vivida por mulheres do norte. Mulheres macondes, habitantes de Cabo Delgado, faziam visitas regulares ao Tribunal Popular de Macomia para apresentarem pedidos de divórcios a seus maridos, cujo motivo mais frequente dizia respeito a “pancadaria entre cônjuges”⁷⁷.

No debate veiculado nesta revista sobre este problema, a iniciativa de pedido de divórcio foi vista por uns como um avanço da conquista feminina, mas para outros como um entendimento errôneo do conceito de emancipação. O divórcio estava sendo utilizado pelas mulheres como uma forma de afrontar seus maridos, uma “arma num litígio” que pensava desenvolver-se entre ela e o homem, quando, de fato, se tratava de uma questão de luta de classes. Samora Machel, em seu pronunciamento na 4ª Conferência da OMM, em 1984, manifestou seu descontentamento por “este tipo de solução” arranjada entre as mulheres, pois o número de divórcios estava crescente.

“O inimigo principal não é o homem, mas o sistema”. Essas foram algumas das palavras que a *Tempo* registrou de uma das lideranças da OMM na região de Cabo Delgado. Algumas mulheres tinham aprendido a orientação da FRELIMO de que a emancipação feminina se resolveria pela desestruturação do conflito de

⁷⁶ MATUSSE, Hilário. Divórcio: quais as causas. *Tempo*, n. 625, p. 22-27, 2 ago.

⁷⁷ *Tempo*, n. 361, p. 47, 4 set. 1977; n. 362, p. 46, 11 set. 1977.

classe, contudo apresentar solicitações de divórcio nos Tribunais passou a ser uma estratégia amplamente utilizada por elas para se livrarem dos maus tratos e da violência de seus inimigos mais próximos, seus próprios maridos.

A atitude de separar-se dos maridos é mais uma demonstração do tipo de relacionamento que algumas mulheres foram estabelecendo com o discurso de emancipação feminina da FRELIMO. Uma forma de apropriação daquele enquanto instrumento de empoderamento feminino para se defender de uma secular opressão, a violência doméstica. Ao utilizarem, em massa, o direito ao divórcio conquistado pela OMM, elas demonstraram mais uma faceta do seu entendimento de emancipação feminina.

Comentários Finais

O discurso de emancipação feminina da FRELIMO na revista *Tempo* se constituiu enquanto um campo heterogêneo e de tensões. Apesar de este discurso apresentar-se de modo hegemônico neste periódico — de homens para as mulheres e de caráter socialista, cuja discussão ainda não tinha sido apropriada pela maioria do povo moçambicano — ele também foi o resultado das intervenções das mulheres desde o período da luta armada.

As iniciativas até aqui descritas mostram que algumas mulheres entenderam que o momento político lhes era propício. Respaladas pelo discurso de emancipação feminina da FRELIMO, reivindicaram protecção, justiça e melhoria de suas condições sociais. Quando não o faziam por iniciativa própria, outros podiam fazer em sua defesa. Por vezes, sem romper com o discurso do governo, fundaram nele suas próprias visões de emancipação.

Referências

- BAZIMA, Amélia. Mulher e desenvolvimento: a mulher na realização do direito ao desenvolvimento. In: AFONSO, Ana Elisa de Santana (org). **Eu mulher em Moçambique**. República de Moçambique: UNESCO; AEMO, 1994, p. 19-37.
- CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa**: feminismo e organizações de mulheres em

- Moçambique. Maputo: Promédia, 2004.
- CORREIA, Sônia; HOMEM, Eduardo. Moçambique primeiras machambas. Rio de Janeiro: Margem, 1977.
- GRASSI, Marzia. De Cabo Verde para o mundo. Economia informal e gênero. **Travessias**: Revista de ciências sociais e humanas em língua portuguesa, Lisboa, v. 4 n. 5, p. 99-117, 2004.
- GRANJO, Paulo. O lobolo do meu amigo Jaime: um velho idioma para novas vivências conjugais. In: **Travessias**: Revista de ciências sociais e humanas em língua portuguesa, Lisboa, v. 4 n. 5, p. 47-73, 2004.
- ISAACMAM, Bárbara; STEFHAN, June. **A mulher moçambicana no processo de libertação**. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984.
- LOFORTE, Ana Maria. **Gênero e poder**: entre os Tsongas de Moçambique. Maputo: Promédia, 2000.
- MANUENSE, Hermínia. Contribuição ao estudo da mulher operária no Maputo: o caso da Caju. In: **Eu mulher em Moçambique**. República de Moçambique, p. 40-59, 1994.
- MORA, Luis Maria; PEREYRA, Verónica. **Mujeres y solidaridad**: estrategias de supervivencia em el África subsahariana. Madrid: Instituto Universitario Desarrollo y Cooperación, 1999, p. 1-105.
- SANTOS, Hipólito dos. **O desenvolvimento e a mulher**: um outro mundo é possível. Lisboa: SEIES, 2003.
- SHELDON, E. Kathleen. Women and Revolution in Mozambique. In: TÉTREAULT, Mary Ann. **Women and Revolution in Africa, Asia and the New World**. Columbia: University of South Carolina Press, 1994, p. 33-61.
- TÉTREAULT, Mary Ann. **Women and Revolution in Africa, Asia and the New World**. Columbia: University of South Carolina Press, 1994, p. 33-61.